



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Salinas da Margarida
Novos caminhos, novas conquistas.



PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

UASG 983847 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas (tipo marmita) sendo cafés da manhã/noite, almoço/janta, lanche/ceia para atendimento do Hospital Municipal, Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração do Município de Salinas da Margarida.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$713.080,00 (setecentos e treze mil e oitenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
10. DO TERMO DE CONTRATO	18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
13. DOS RECURSOS	20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

(Processo Administrativo nº 111/2026)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal Salinas da Margarida, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC), sediada na Praça Tenente Albuquerque, Cidade Salinas da Margarida, CEP 44.450-000, através do Agente de Contratação a Sra. Aline Neves Cerqueira – Matrícula nº 10.245, nomeado pela Portaria Municipal nº 004, de 05 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Município no dia 05 de janeiro de 2026, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021 (Regulamento NLL), no Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 (Pesquisa de Preços), no Decreto Municipal nº 654, de 04 de janeiro de 2024 (Legislação Federal), no Decreto Municipal nº 655, de 04 de janeiro de 2024 (Sistema de Registro de Preços), no Portaria Municipal nº 004, de 05 de janeiro de 2026 (Agentes de Contratação e outros) e no Decreto Municipal nº 658, de 04 de janeiro de 2024 (Processo Sancionador) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas (tipo marmita) sendo cafés da manhã/noite, almoço/janta, lanche/ceia para atendimento do Hospital Municipal, Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração do Município de Salinas da Margarida**, através do Sistema de Registro de Preços, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens **(01 ao 04)**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 e 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário de total do item

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.1.4 quantidade cotada;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% do valor global do item/grupo**, conforme o caso.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de

classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. **Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”,** poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência**, ou **de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão**, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência**, ou de **até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 empresas brasileiras;

7.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 **Tratando-se de licitação em grupo**, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicaf;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e
- 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. **Em contratação de obras e serviços de engenharia**, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.11.3 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.13.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.13.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.13.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail (licitacao@salinasdamargarida.ba.gov.br). Somente será admitida a entrega de documento por e-mail desde que autorizada pelo agente de contratação responsável pelo processo licitatório.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Caso na presente contratação a avaliação prévia do local de execução seja imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado (conforme informação constante no Termo de Referência/Projeto Básico), o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado (conforme informação constante no Termo de Referência/Projeto Básico), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas**, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **3 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3 (três) dias**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **3 (três) dias** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **3 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos durante o período dos recursos ou a qualquer tempo solicitar as peças através do e-mail licitacao@salinasdamargarida.ba.gov.br ou pela Plataforma eletrônica do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Sistema Eletrônico Compras Governamentais e e-mail da Coordenadoria de Licitações e Contratos (licitacao@salinasdamargarida.ba.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal (www.salinasdamargarida.ba.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4 Anexo IV – Declarações exigidas e Modelo de Proposta de Preço;

16.11.5 Anexo V – Mapa de risco.

Salinas da Margarida/BA, 08 de junho de ano.

ERICA SANTANA FIGUEIREDO DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

SAMANTA SOUZA DE JESUS

Membro da comissão de contratação

PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA

Termo de Referência 62/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2026	983847-PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA	ERICA SANTANA FIGUEIREDO DE SOUZA	02/06/2026 14:34 (v 0.19)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		111.2026.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas (tipo marmita) sendo cafés da manhã/noite, almoço/janta, lanche/ceia para atendimento do Hospital Municipal, Secretaria de Saude e Secretaria de Administração do Município de Salinas da Margarida. , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	Descrição	APR	SAUDE	ADM	QTD	V UNIT	V TOTAL
1	catserv3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / docesINFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -CAFÉ DA MANHA OU CAFÉ DA NOITE CONTENDO: 2 (DOIS) PAES FRANCES OU INTEGRAL -50g COM MANTEIGA10g, E QUEIJO20g, 1 (UMA) RAIZ 120g, 1(UMA) FRUTA 100g, E CAFÉ COM LEITE OU SUCO OU MINGAU (COPO 300ML COM TAMPA). (ARMAZENADOS EM EMBALAGENS COM TAMPA).	UND	4000	4000	8000	R\$ 23,53	R\$ 188.240,00
2	catserv 3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces INFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -ALMOÇO OU JANTAR CONTENDO: FEIJÃO100g ARROZ 120g OU MACARRÃO120g FRANGO CARNE OU PEIXE (sem osso 130g e com osso 240g), SALADA(cozida 90g e crua 70g) COM COPO DE SUCO DE 200ML. ALIMENTOS PASTOSOS ou DIETA LIQUIDA COPO DE 300ML (ARMAZENADOS EM EMBALAGENS COM TAMPA).	UND	6000	6000	12000	R\$ 33,66	R\$ 403.920,00

3	catserv 3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces INFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -LANCHE MANHÃ E TARDE CONTENDO:, SALADA DE FRUTAS 200ml OU SUCO DA FRUTA 200ml + BISCOITO SALGADO 30g, OU VITAMINA DE FRUTAS 200ml OU IORGUTE 200ml OU MINGAU 200ml (ARMAZENADOS EM EMBALAGENS COM TAMPA)	UND	4000	4000	8000	R\$ 10,51	R\$ 84.080,00
4	catserv 3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces INFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -CEIA CONTENDO: MINGAU 200ml (ARMAZENADO EMBALAGENS COM TAMPA).	UND	4000	0	4000	R\$ 9,21	R\$ 36.840,00
SALDO TOTAL ATUAL							R\$ 713.080,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (Doze) meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**,

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os Requisitos da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Sustentabilidade 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Embalagens Sustentáveis:

- As embalagens utilizadas deverão ser preferencialmente recicláveis, biodegradáveis, ou reutilizáveis, sempre que possível evitar o uso de materiais comumente considerados poluentes ou de difícil reciclagem.
- Sempre que possível, deverá ser priorizada a aquisição de embalagens produzidas com matéria-prima reciclada;

Uso de Produtos Orgânicos e/ou de Agricultura Familiar:

- Priorizar, sempre que possível, o uso de alimentos provenientes da agricultura familiar, de base agroecológica ou orgânicos, conforme disponibilidade local e regional.

Eficiência Energética e Transporte:

- Sempre que aplicável, a empresa deverá adotar medidas que promovam a eficiência energética nos processos de preparação das refeições.
- A logística de entrega deve priorizar o uso de veículos com menor emissão de poluentes ou em conformidade com normas de controle de emissão veicular.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.4. Em conformidade com os artigos 47 e 48 da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, com as alterações introduzidas pela **Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014**, esta licitação reserva cota específica do objeto para a participação exclusiva de **Microempresas (ME)** e **Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, conforme quantitativos e valores detalhados na **tabela apresentada no item 1.1 deste TR**.

Tal medida visa promover o tratamento diferenciado e favorecido a esses empreendimentos, assegurando-lhes condições equitativas de competição no certame e incentivando o desenvolvimento econômico local e regional. A reserva de cotas também contribui para a desconcentração de mercado, estimulando a competitividade e a inovação. Dessa forma, parte do objeto licitado será exclusivamente destinado à contratação de MEs e EPPs, conforme percentual e critérios previstos no edital e com base no valor estimado e na divisibilidade do objeto, nos termos do artigo 48 da referida legislação.

4.1.1 Critério de Regionalidade e Desenvolvimento Local

9.1. Nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, do art. 1º, inciso I, do Decreto Federal nº 8.538/2015 e do art. 60 da Lei Federal nº 14.133 /2021, a presente contratação observará, sempre que possível, o princípio da valorização da economia local e regional, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do território de Salinas da Margarida/BA.

9.2. Será concedido direito de preferência e prioridade às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas no Município de Salinas da Margarida /BA, conforme os critérios estabelecidos nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006. A comprovação da sede deverá ocorrer mediante registro no CNPJ e regularidade fiscal junto à Administração Tributária Municipal.

9.3. Será conferida nesta licitação a prioridade na contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no território de Salinas da Margarida, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, tal como previsto na legislação municipal e no art. 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/06

9.4. Adicionalmente, como forma de assegurar a viabilidade logística, a qualidade dos alimentos e a segurança sanitária, somente serão habilitadas empresas que possuam sede ou filial operacional estabelecida a até 30 km do Município de Salinas da Margarida/BA, conforme previsto nos autos do processo administrativo.

- A presente contratação envolve o fornecimento de refeições prontas destinadas a pacientes internados, acompanhantes e profissionais plantonistas, públicos que demandam alimentação segura, contínua e adequada às normas sanitárias vigentes. Nesse contexto, a logística de preparo, transporte e entrega das refeições assume caráter crítico, uma vez que a qualidade e a segurança dos alimentos estão diretamente relacionadas ao tempo de deslocamento entre a produção e o consumo final.
- O estabelecimento da distância máxima de 30 km visa garantir que os alimentos sejam preparados e entregues em tempo hábil, preservando temperatura, frescor, integridade nutricional e condições higiênico-sanitárias adequadas. O transporte prolongado de refeições prontas aumenta consideravelmente o risco de proliferação microbiológica, perda do controle térmico, deterioração dos alimentos e contaminação cruzada, fatores que podem comprometer gravemente a saúde dos consumidores. Tal risco torna-se ainda mais relevante no ambiente hospitalar, onde parte significativa dos usuários encontra-se em situação de vulnerabilidade clínica, imunidade reduzida ou recuperação médica, exigindo rigor absoluto quanto à segurança alimentar.
- Além da questão sanitária, a limitação geográfica decorre da necessidade de atendimento imediato e contínuo das demandas hospitalares. As solicitações de fornecimento ocorrem de forma dinâmica, imprevisível e, muitas vezes, emergencial, inclusive durante finais de semana, feriados e períodos noturnos. Em diversas situações, o Hospital Municipal necessita de reposição rápida de refeições para atender aumento inesperado de internações, permanência prolongada de pacientes, acompanhantes e equipes plantonistas ou demandas decorrentes de atendimentos de urgência e emergência.

- Nessas circunstâncias, fornecedores localizados a longas distâncias não conseguem assegurar a tempestividade necessária ao atendimento hospitalar, sujeitando a Administração a atrasos incompatíveis com a continuidade do serviço público de saúde. A eventual interrupção ou demora no fornecimento de alimentação pode comprometer diretamente o funcionamento regular da unidade hospitalar, afetando a assistência aos pacientes e as condições mínimas de trabalho das equipes de plantão.

9.5. A adoção do critério de regionalidade não configura exclusividade, mas sim prioridade técnica e legalmente amparada, desde que não comprometa a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O modelo de execução do objeto para a aquisição parcelada de refeições prontas (marmitex) será baseado em um fornecimento sob demanda das Secretarias, com entregas periódicas e eventuais, conforme a demanda das Secretarias e Hospital Municipal de Salinas da Margarida.

a) Início da Execução:

Eventual Formalização do Contrato: Eventual formalização de contrato poderá ser realizada após a conclusão do processo licitatório e formalização da ata de registro de preços, com a definição dos termos, condições, prazos e valores. O contratado deverá apresentar todos os documentos exigidos para a regularidade fiscal, trabalhista e sanitária.

Planejamento do Fornecimento: O primeiro passo na execução será o planejamento do fornecimento, com base nas solicitações feitas pelas Secretarias ao Contratado, de acordo com o prazo mínimo aqui estabelecido. Isso envolverá a definição de quantidade de refeições necessários por Secretaria ou Órgão, ajustados conforme a demanda identificada durante a fase inicial.

Início das Entregas: Após a formalização e o planejamento, o fornecedor iniciará o fornecimento das refeições de acordo com a quantidade e qualidade acordadas e solicitadas.

b) Execução Contínua:

- **Fornecimento do Marmitex:** As solicitações das Secretarias e Órgãos poderão ser feitas diariamente (inclusive sábados, domingos e feriados, a depender das necessidades). As entregas deverão ser feitas pontualmente e no horário estabelecido, garantindo que as refeições estejam sempre frescas e adequadas para consumo.
- **Controle de Qualidade:** Durante a execução, o fornecedor deverá manter rigoroso controle de qualidade sobre todos os produtos fornecidos, assegurando que as refeições atendam aos padrões de higiene, segurança alimentar e requisitos nutricionais. O contratado será responsável por realizar a verificação da conformidade dos produtos antes da entrega.
- **Acompanhamento e Fiscalização:** O acompanhamento será realizado pelos responsáveis designados pela Administração Municipal, que poderão realizar inspeções periódicas nas entregas, inclusive com a realização de testes de qualidade e a avaliação de feedback dos beneficiários sobre a qualidade das refeições.
- **Ajustes na Quantidade e Prazos:** A execução do contrato deve ser flexível, permitindo ajustes nas quantidades de refeições conforme as necessidades das Secretarias e Órgãos, bem como ajustes no cronograma de entregas, caso haja variações na demanda.

c) Gestão do Contrato:

- **Monitoramento Constante:** O modelo de execução prevê que a Administração Municipal realize o monitoramento constante do desempenho do fornecedor, avaliando a regularidade das entregas, a qualidade dos produtos e a pontualidade do serviço. O contrato deve prever a possibilidade de emissão de notificações e advertências caso o fornecedor não cumpra as condições acordadas.
- **Relatórios de Execução:** O fornecedor deverá apresentar relatórios periódicos sobre o andamento do fornecimento, detalhando quantidades entregues, eventuais problemas identificados e ações corretivas tomadas, garantindo a transparência e o bom andamento do contrato.

d) Encerramento da Execução:

- **Entrega Final e Avaliação:** Ao término do contrato, será realizada uma avaliação final da execução, levando em conta o cumprimento dos prazos, a qualidade das refeições entregues, e a satisfação das Secretarias e Órgãos municipais com o serviço prestado.
- **Pagamento Final:** O pagamento será efetuado conforme o cumprimento das entregas e a verificação das condições de qualidade estabelecidas no contrato. Ao final do período de execução, será realizado o pagamento final, descontadas eventuais penalidades por descumprimento das cláusulas contratuais.
- **Encerramento do Contrato:** O contrato será formalmente encerrado após a execução integral das entregas e a conclusão das avaliações de desempenho. Caso necessário, poderá ser realizada uma renovação ou prorrogação, conforme as condições previstas na Lei nº 14.133/2021 e as necessidades da Administração Municipal.

5.2. O modelo de execução do objeto foi elaborado para garantir a eficiência e a flexibilidade necessárias para atender às necessidades da Administração Pública do Município de Salinas da Margarida, de acordo com as condições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021. A execução será contínua, com entregas periódicas e controle rigoroso da qualidade e da pontualidade, permitindo ajustes conforme a demanda de cada Secretaria ou Órgão municipal, até o encerramento do contrato, com a realização de uma avaliação final e o pagamento correspondente.

Condições de entrega

5.3. Os fornecimento será entregue no local indicado pelas Secretarias Municipais, em cada Autorização de Fornecimento, nos dias e horários estabelecidos.

5.4. As Autorizações de Fornecimento serão emitidas com antecedência mínima de até 05 (cinco) dias da data da respectiva necessidade.

5.5. A forma como marmitex será montado para o fornecimento ficará a cargo da Contratante, sendo obedecidos os itens que compõem cada Kit, devendo ser devidamente atendido pela Contratada.

5.6. Em caso de inconformidade, o(s) produto(s) deverá(ão) ser substituído(s), automaticamente no prazo máximo de 01 h, contados da hora da notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados;

5.7. Não será admitida, para efeito de recebimento, produto que esteja em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações;

5.8. O recebimento será realizado pelo servidor designado para tanto, que fará as observações necessárias e o atesto do recebimento;

5.9. Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, que poderá ser acompanhada da relação de itens ou de outro documento emitido pela SECRETARIA SOLICITANTE;

A Contratante recusará o produto nas seguintes hipóteses quando:

5.10. Houver qualquer situação em desacordo entre o produto fornecido e o Termo de Referência e a Nota de Empenho;

5.11. A Nota Fiscal/Fatura estiver com a especificação do objeto e quantidades em desacordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta adjudicada;

5.12. O produto apresentar vícios de qualidade, funcionamento ou serem impróprios para o uso, ou ainda possuírem defeitos de fabricação.

5.13 Especificações das Porções Individuais das Refeições Prontas

Cada refeição precisa estar devidamente identificada com nome do paciente, acompanhante e médicos, informar tipo da refeição (café da manhã, lanche, almoço, jantar e ceia) data e validade da alimentação servida.

2.3.2. **CAFÉ DA MANHA/NOITE:** São refeições destinadas a pacientes/acompanhantes/agentes administrativos. O desjejum das dietas especiais deverá ser composto de acordo às normas nutricionais para cada tipo de dieta e patologia que se destina, sempre considerando as características da dieta livre.

2.3.3. **ALMOÇO:** É uma refeição destinada para pacientes adultos e infantis, acompanhantes legalmente instituídos e funcionários plantão /administrativo. O almoço das dietas especiais deverá ser composto de acordo às normas nutricionais para cada tipo de dieta e a patologia que se destina, sempre considerando as características da dieta livre. Evidenciando para as dietas especiais se necessário arroz integral ou macarrão integral.

2.3.4. **JANTAR:** São refeições destinadas a pacientes adultos e infantis, acompanhantes legalmente instituídos e funcionários plantão /administrativo. O Jantar das dietas especiais deverá ser composto de acordo às normas nutricionais para cada tipo de dieta e a patologia que se destina, sempre considerando as características da dieta livre. Evidenciando para as dietas especiais se necessário arroz integral ou macarrão integral.

2.3.5. **LANCHE:** Refeição destinada a pacientes, acompanhantes e agentes administrativos. O lanche das dietas especiais deverá ser composto de acordo com as normas nutricionais específicas para cada tipo de dieta e patologia a que se destina, sempre considerando as características da dieta livre.

2.3.6. **CEIA:** Refeição destinada a pacientes, acompanhantes e agentes administrativos da Secretaria de saúde. A ceia das dietas especiais deverá ser composta de acordo com as normas nutricionais específicas para cada tipo de dieta e patologia a que se destina, sempre considerando as características da dieta livre.

2.3.7. **Café:** Será destinado aos usuários do restaurante o acondicionado em garrafas térmicas para os médicos. Os sucos/mingaus/café a serem servidos devidamente adoçados (açúcar ou adoçante ou em sachês) conforme a necessidade do paciente ou conforme solicitado pelo responsável da unidade de Saúde ou administrativa.

A empresa contratada terá que apresentar o CRN da nutricionista responsável pela produção dos alimentos.

Cada refeição precisa estar devidamente identificada com nome do paciente, acompanhante e médicos, informar tipo da refeição (café da manhã, lanche, almoço, jantar e ceia) data e validade da alimentação servida.

- **O cardápio para os Pacientes sem restrições será composto da seguinte forma:**

Café da manhã – 4 itens

a) Café com leite (300 ml sendo, 150ml de leite e 150ml de café) ou suco de frutas ou vitamina de frutas ou mingau (300ml) ou iogurte (300ml) com sachê de açúcar e/ou adoçante individual em quantidade suficiente;

b) Pão (Pão francês ou milho ou leite) 50g, acompanhados

de sachês de manteiga com ou sem sal ou queijo muçarela (1 fatia) ou ovo mexido (2 unidades)

c) Aipim cozido ou batata doce cozida (120g) ou cuscuz temperado (120g) ou banana da terra cozida (120g)

d) Fruta (100g) ou 01 unidade média

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 420 a 770 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 120 g
- **Proteínas:** 10 a 25 g
- **Gorduras:** 8 a 22 g
- **Fibras:** 4 a 10 g

Lanche manhã/tarde

TIPO I – Item Suco de fruta (200ml) + biscoito salgado (30g)

TIPO II – 1 item – Salada de frutas (200g) ou vitamina da fruta (200ml)

TIPO III - 1 item – 2(duas)Frutas (100g ou 1 unidade)

OBS: CAFE A oferta de colação Tipo I , II e III ocorrerá conforme prescrição do Nutricionista da CONTRATANTE.

Composição nutricional aproximada:

TIPO I

(Suco de fruta 200 ml + biscoito salgado 30 g)

- **Calorias:** 160 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 28 a 40 g
- **Proteínas:** 2 a 4 g
- **Gorduras:** 3 a 7 g
- **Fibras:** 0,5 a 2 g

TIPO II

(Salada de frutas 200 g OU vitamina de fruta 200 ml)

- **Calorias:** 90 a 180 kcal
- **Carboidratos:** 20 a 35 g
- **Proteínas:** 1 a 5 g
- **Gorduras:** 0 a 4 g
- **Fibras:** 2 a 5 g

TIPO III

(2 frutas — 100 g ou 1 unidade cada)

- **Calorias:** 100 a 160 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 1 a 2 g
- **Gorduras:** 0 a 1 g
- **Fibras:** 4 a 8 g

Almoço – 5 itens

a) Salada crua (70g) ou Salada cozida (90g)

b) Arroz (branco ou integral) sob diversas formas ou macarrão (branco ou integral) (120g)

c) Feijão ou leguminosas (100g)

d) Bife de frango(130g) ou carne moída (130g) ou sobrecoxa de frango assada (240g) ou peixe cozido ou assado(130g)

e) Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 535 a 930 kcal
- **Carboidratos:** 65 a 105 g
- **Proteínas:** 35 a 50 g
- **Gorduras:** 10 a 30 g
- **Fibras:** 8 a 15 g

Jantar – 3 itens -TIPO I

a) Café com leite (300 ml sendo, 150ml de leite e 150ml de café) ou suco de frutas ou vitamina de frutas ou mingau (300ml) ou iogurte (300ml) com sachê de açúcar e/ou adoçante individual em quantidade suficiente;

b) Pão (Pão francês ou milho ou leite) 50g, acompanhados

de sachês de manteiga com ou sem sal ou queijo muçarela (1 fatia) ou ovo mexido (2 unidades)

c) Aipim cozido ou batata doce cozida (120g) ou cuscuz temperado (120g) ou banana da terra cozida (120g) ou sopa de legumes (300ml).

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 370 a 820 kcal
- **Carboidratos:** 60 a 110 g
- **Proteínas:** 10 a 30 g
- **Gorduras:** 7 a 25 g
- **Fibras:** 4 a 12 g

• **JANTAR - TIPO II**

a) Salada crua (70g) ou Salada cozida (90g)

b) Arroz (branco ou integral) sob diversas formas ou macarrão (branco ou integral) (120g)

c) Feijão ou leguminosas (100g)

d) Bife de frango(130g) ou carne moída (130g) ou sobrecoxa de frango assada (240g)

e) Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 535 a 930 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 120 g
- **Proteínas:** 35 a 50 g
- **Gorduras:** 10 a 30 g
- **Fibras:** 8 a 15 g

- OBS: JANTAR a oferta de colação Tipo I , II ocorrerá conforme prescrição do Nutricionista da CONTRATANTE.

Ceia- 1 item

Mingau ou munguzá (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 140 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 4 a 8 g
- **Gorduras:** 4 a 8 g
- **Fibras:** 1 a 3 g

- **O cardápio para os Pacientes que necessita de dieta pastosa será composto da seguinte forma:**

Café da manhã – 4 itens

a) Vitamina da fruta (300ml) ou suco da fruta (300ml)

b) Batata doce amassada (120g) ou pão de milho ou de leite (50g a 60g)

c) Ovo mexido (100g) ou patê de frango (30g)

d) Fruta (100g ou 1 unidade)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 330 a 680 kcal
- **Carboidratos:** 65 a 110 g
- **Proteínas:** 10 a 25 g
- **Gorduras:** 5 a 20 g
- **Fibras:** 3 a 10 g

Lanche manhã/tarde: 1 item

- Vitamina da fruta (200ml) ou iogurte (200ml) ou Mingau (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 120 a 200 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 35 g
- **Proteínas:** 4 a 9 g
- **Gorduras:** 3 a 7 g
- **Fibras:** 0,5 a 3 g

- **Almoço:** 5 itens

- Arroz branco papa (120g) ou Pirão de aipim (120g)
- Purê de batata (60g) ou Salada de legumes cozido (90g)
- Feijão de caldo (100g) ou
- Carne moída c/ legumes (120g) ou frango desfiado (130g) ou peixe cozido c/legumes (130g)
- Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 400 a 690 kcal
- **Carboidratos:** 60 a 100 g
- **Proteínas:** 25 a 40 g
- **Gorduras:** 8 a 26 g
- **Fibras:** 4 a 10 g

- **Jantar:** 3 itens

- Sopa de legumes (liquidificada) (300ml) ou Caldo de aipim c/frango (300ml)
- Iogurte (200ml) ou suco da fruta (200ml)
- Batata doce amassada (120g)+ ovo cozido (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 430 a 700 kcal
- **Carboidratos:** 55 a 95 g
- **Proteínas:** 20 a 35 g
- **Gorduras:** 12 a 26 g
- **Fibras:** 6 a 13 g

- **Ceia:** 1 item

- Mingau (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 140 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 4 a 8 g
- **Gorduras:** 4 a 8 g
- **Fibras:** 1 a 3 g

- **O cardápio para os Pacientes que necessita de dieta branda será composto da seguinte forma:**

Café da manhã: 4 itens

- Mingau (300ml) ou suco da fruta (200ml)
- Batata doce (120g) ou aipim (120g) ou Pão de forma sem casca (2 fatias)
- Ovo mexido (100g) ou ovo cozido (100g) ou patê de frango (30g)
- Maça cozida (1 und) ou mamão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 330 a 700 kcal
- **Carboidratos:** 60 a 110 g
- **Proteínas:** 10 a 25 g
- **Gorduras:** 5 a 20 g
- **Fibras:** 4 a 10 g

- **Lanche manhã/tarde:** 1 item

- Iogurte (200ml) ou Banana (2und) ou salada de fruta (200ml) ou mamão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 90 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 55 g
- **Proteínas:** 1 a 8 g
- **Gorduras:** 0 a 6 g
- **Fibras:** 1 a 6 g

- **Almoço:** 5 itens

- Omelete de frango (120g) ou ensopado de frango (120g) ou carne moída c/ legumes (120g) ou peixe cozido ou assado(130g)
- Arroz branco temperado ou arroz branco (120g)
- Feijão de caldo (100g)
- Purê de batata (60g) ou salada de legumes cozido (90g)
- Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 540 a 840 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 115 g
- **Proteínas:** 30 a 45 g
- **Gorduras:** 10 a 28 g
- **Fibras:** 8 a 15 g

- **Jantar:** 3 itens

- Sopa de legumes c/ carne moída ou frango desfiado (200ml) ou caldo de aipim c/ frango desfiado (200ml)
- Pão de forma sem casca (2 fatias) c/ patê de frango (30g)
- Mamão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 320 a 510 kcal
- **Carboidratos:** 50 a 70 g
- **Proteínas:** 15 a 30 g
- **Gorduras:** 8 a 20 g
- **Fibras:** 4 a 10 g

- **Ceia:** 1 item

- Mingau ou munguzá (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 140 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 4 a 8 g
- **Gorduras:** 4 a 8 g
- **Fibras:** 1 a 3 g

- **O cardápio para os Pacientes diabéticos será composto da seguinte forma:**

Café da manhã: 4 itens

- Mingau (300ml) ou café c/ leite (300ml)
- Pão integral (2 fatias ou 1 unidade) ou Aipim cozido (100g) ou Cuscuz temperado (100g)
- Patê de frango (30g) ou ovo mexido (100g)
- Maça (1 unidade) ou Pera (1 unidade) ou melão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 500 a 650 kcal
- **Carboidratos:** 75 a 95 g
- **Proteínas:** 12 a 20 g
- **Gorduras:** 12 a 20 g
- **Lanche manhã/tarde:** 2 itens
- Iogurte natural
- Maça (1 unidade) ou ameixa (1 unidade) ou melão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 200 a 260 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 9 a 10 g
- **Gorduras:** 7 a 8 g
- **Fibras:** 1 a 4 g
- **Jantar:** 4 itens
- Suco natural da fruta (200ml) ou café c/leite (300ml)
- Pão de forma integral (2 fatias ou 1 unidade)
- Aipim (100g) ou cuscuz temperado (100g)
- Ovo mexido (100g) ou patê de frango (30g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 400 a 520 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 95 g
- **Proteínas:** 12 a 20 g
- **Gorduras:** 8 a 15 g
- **Ceia:** 1 item
- Mingau (300ml) ou munguzá (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 200 a 320 kcal
- **Carboidratos:** 30 a 55 g
- **Proteínas:** 6 a 10 g
- **Gorduras:** 5 a 10 g
- **O cardápio para os Pacientes necessita de dieta líquida será composto da seguinte forma:**
- **Café da manhã:** 1 item
- Iogurte (300ml) ou vitamina da fruta (300ml) ou mingau (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 170 a 260 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 40 g
- **Proteínas:** 6 a 10 g
- **Gorduras:** 5 a 9 g
- **Lanche manhã/tarde:** 1 item

- Suco da fruta (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 100 a 150 kcal
- **Carboidratos:** 24 a 35 g
- **Proteínas:** 0,5 a 2 g
- **Gorduras:** 0 a 0,5 g
- **Fibras:** 0,5 a 2 g
- **Vitaminas e minerais:** presença variável de vitamina C, potássio, folato e antioxidantes naturais (dependendo da fruta)

- **Almoço:** 1 item

- Sopa de legumes c/ frango ou carne (liquidificada) (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 180 a 280 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 35 g
- **Proteínas:** 12 a 20 g
- **Gorduras:** 5 a 10 g
- **Fibras:** 3 a 6 g
- **Sódio:** variável conforme sal e temperos utilizados

- **Jantar:** 1 item

- Iogurte (300ml) ou vitamina da fruta (300ml) ou mingau (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 170 a 260 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 40 g
- **Proteínas:** 6 a 10 g
- **Gorduras:** 5 a 9 g

- **Ceia:** 1 item

- Iogurte (300ml) ou vitamina da fruta (300ml) ou mingau (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 170 a 260 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 40 g
- **Proteínas:** 6 a 10 g
- **Gorduras:** 5 a 9 g

- **O cardápio para os Pacientes necessita de dieta hipossódica será composto da seguinte forma:**

Café da manhã: 5 itens

- Pão integral (2 fatias ou 1 unidade) c/ manteiga sem sal
- Banana da terra (120g) ou Aipim (120g) ou Batata doce (120g/)
- Café c/leite (300ml) ou Vitamina da fruta (300ml) ou Mingau (300ml)
- Mamão (100g) ou banana (100g) ou Melão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 430 a 780 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 120 g
- **Proteínas:** 10 a 20 g
- **Gorduras:** 9 a 22 g
- **Fibras:** 7 a 15 g

- **Lanche manhã/tarde:**

- Melão (100g) ou goiaba (1 unidade) ou Mamão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 30 a 80 kcal
- **Carboidratos:** 8 a 20 g
- **Proteínas:** 0,5 a 3 g
- **Gorduras:** 0 a 1 g
- **Fibras:** 1 a 6 g
- **Micronutrientes:** vitaminas A, C e compostos antioxidantes (variando conforme a fruta)

- **Almoço:** 5 itens

- Macarrão integral (120g) ou Arroz integral cozido (120g) ou Arroz integral temperado (120g)
- Feijão de caldo (100g)
- File de frango grelhado (130g) ou Carne cozida com quiabo (130g) ou ensopado de frango (240g)
- Salada crua (70g) ou Salada cozida (90g)
- Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 515 a 830 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 115 g
- **Proteínas:** 35 a 50 g
- **Gorduras:** 10 a 25 g
- **Fibras:** 11 a 18 g

- **Janta : 4 itens**

- Sopa de legumes c/ frango ou carne (300ml) Pão integral (2 fatias ou 1 unidade) c/ manteiga sem sal
- Iogurte (300ml) ou suco da fruta (200ml) ou Vitamina da fruta (300ml)
- Aipim cozido (100g)
- Ovo mexido ou ovo cozido (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Ceia:** 1 item

- Mingau ou munguzá (200ml)

HORÁRIOS E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS REEIÇÕES DIÁRIAS (DANDO PREFERENCIA AO HORARIO INICIAL

Café da manhã Das 6:30 às 07:30h

Lanche manhã: Das 09:00 às 10:00h

Almoço Das 11:30 às 13:00h

Lanche da tarde: 14:30 às 16:00

Jantar Das 17:30 às 19:00h

Ceia: 20:30 às 22:00h

Obs: Em casos excepcionais poderão haver pedido de refeições pela secretaria em horários fora do previsto, a depender das necessidades do Hospital Municipal.

CAFÉ DA MANHA/NOITE: São refeições destinadas a pacientes/acompanhantes/pantonistas. O desjejum das dietas especiais deverá ser composto de acordo às normas nutricionais para cada tipo de dieta e patologia que se destina, sempre considerando as características da dieta livre.

ALMOÇO: É uma refeição destinada para pacientes adultos e infantis, acompanhantes legalmente instituídos e funcionários plantão /administrativo. O almoço das dietas especiais deverá ser composto de acordo às normas nutricionais para cada tipo de dieta e a patologia que se destina, sempre considerando as características da dieta livre. Evidenciando para as dietas especiais se necessário arroz integral ou macarrão integral.

JANTAR: São refeições destinadas a pacientes adultos e infantis, acompanhantes legalmente instituídos e funcionários plantão /administrativo. O Jantar das dietas especiais deverá ser composto de acordo às normas nutricionais para cada tipo de dieta e a patologia que se destina, sempre considerando as características da dieta livre. Evidenciando para as dietas especiais se necessário arroz integral ou macarrão integral.

LANCHE: Refeição destinada a pacientes, acompanhantes e agentes administrativos. O lanche das dietas especiais deverá ser composto de acordo com as normas nutricionais específicas para cada tipo de dieta e patologia a que se destina, sempre considerando as características da dieta livre.

CEIA: Refeição destinada a pacientes, acompanhantes e agentes administrativos da Secretaria de saúde. A ceia das dietas especiais deverá ser composta de acordo com as normas nutricionais específicas para cada tipo de dieta e patologia a que se destina, sempre considerando as características da dieta livre.

Café: Será destinado aos usuários do restaurante o acondicionado em garrafas térmicas para os médicos. Os sucos/mingaus/café a serem servidos devidamente adoçados (açúcar ou adoçante ou em sachês) conforme a necessidade do paciente ou conforme solicitado pelo responsável da unidade de Saúde ou administrativa.

DIETAS adulto/infantil No caso da dieta especial, esta deverá seguir as especificações já expostas, obedecendo às características de consistência, frequência e quantidade adequada à patologia do paciente. Paciente com necessidade de suplementação hídrica poderá receber água de coco, suco de fruta ou chás nos horários e quantidades solicitadas pela Nutricionista, sendo os mesmos computados como complementação da dieta, não devendo ser faturados separadamente. Os recipientes para este fim serão de responsabilidade da CONTRATADA. O paciente com necessidade de ingerir leite juntamente com o medicamento, deverá recebê-lo nos horários solicitados e este, não deverá ser faturado separadamente por fazer parte da dieta do paciente. Crianças com a necessidade de suplemento alimentar mingau ou leite específico.

DIETA GERAL ou LIVRE Destinada aos pacientes adultos/infantis pacientes plantonistas e agentes administrativos que necessitam de uma alimentação normal, sem restrição a qualquer nutriente e sem necessidade de acréscimos nutricionais. Consistência: normal, e deverá se adequar, sempre que possível, aos hábitos alimentares da comunidade.

DIETA BRANDA: Destinada aos pacientes com problemas mecânicos de ingestão, digestão, mastigação e deglutição, que impeçam a utilização da dieta geral, havendo assim a necessidade de abrandar os alimentos por processos mecânicos ou de cocção para melhor aceitabilidade. É utilizada em alguns casos de pós-operatórios para facilitar o trabalho digestivo. Esta dieta é usada como transição para a dieta geral. Deve fornecer calorias de acordo com as necessidades do paciente, com as seguintes características.

DIETA HIPOSSODICA: Dieta com **redução controlada de sódio (Na)**, com objetivo de prevenir ou tratar retenção hídrica e controle pressórico, mantendo aporte nutricional adequado. Com objetivo de reduzir retenção de líquidos, auxiliar no controle da pressão arterial, diminuir sobrecarga cardíaca e renal, prevenir edemas, melhorar controle clínico em doenças crônicas.

DIETA LIQUIDA: É uma dieta composta por líquidos claros ou nutritivos, sem alimentos sólidos. Pode ser usada de forma temporária em situações clínicas específicas. A dieta líquida é usada em situações como: Pós-operatório (principalmente abdominal), problemas gastrointestinais leves, preparação para exames médicos, dificuldade temporária de mastigação ou digestão, transição após jejum.

DIETA PASTOSA: É uma dieta composta por alimentos em forma de purês, cremes e preparações macias, com textura homogênea e fácil de engolir, com objetivo de facilitar a mastigação e deglutição, reduzir esforço digestivo, ajudar na adaptação pós-dieta líquida, garantir aporte nutricional mais completo com segurança.

DIETA PARA DIABÉTICO: Dieta com controle quantitativo e qualitativo de carboidratos, priorizando alimentos de baixo índice glicêmico e distribuição equilibrada ao longo do dia, com objetivo de manter glicemia dentro da faixa adequada, evitar picos pós-prandiais de glicose, reduzir complicações do diabetes.

- Melhorar resposta à insulina (endógena ou exógena)

Consistência: macia, a celulose e o tecido conectivo (fibras da carne) devem ser abrandados por cocção ou ação mecânica; Características: normoglicídica, normolipídica e normoproteica; Composição das refeições deve ser a mesma da dieta geral. Almoço e o jantar deverão apresentar as mesmas preparações da dieta geral, usando sempre que possível, os mesmos ingredientes, com as seguintes ressalvas: Incluir apenas o caldo do feijão; Não incluir vegetais crus nas saladas; Evitar frutas muito ácidas e as de consistência dura que, todavia, poderão ser servidas depois de cozidas. Restringir alimentos que possam provocar distensão gasosa e condimentos fortes;

5.13.1. O preço proposto deverá contemplar todos os encargos e despesas como: obrigações sociais, impostos, taxas, frete, com declaração expressa na proposta de preços.

5.13.2. As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas, e esta Administração se reserva o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado. Além disso, com a utilização do SRP possibilitará:

a) Requisição de quantitativos parciais acompanhando a disponibilidade de recursos.

b) Recebimento escalonado conforme as possibilidades de distribuição.

5.4 Especificação da garantia do serviço

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo

normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. 6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Preposto

6.17. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado conforme Modelo de Carta de Preposto em Anexo III.

6.18. A Contratada deverá manter preposto da empresa à disposição da Contratante durante todo o período do contrato.

6.19. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7. Requisito da contratação

- A empresa vencedora deve demonstrar vínculo de uma profissional nutricionista responsável técnico, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição – CRN, visando assegurar a qualidade nutricional, sanitária e higiênico-sanitária dos alimentos fornecidos.
- A exigência possui fundamento na necessidade de garantia da segurança alimentar dos usuários, bem como no adequado planejamento, elaboração, acompanhamento e fiscalização do preparo das refeições, em observância às normas da vigilância sanitária e às diretrizes estabelecidas pela legislação pertinente, especialmente a Lei nº 8.234/1991 e as Resoluções do Conselho Federal de Nutricionistas.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,09% (nove centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (Dez)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (Dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (Dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (Um por cento)** a **10% (Dez por cento)** do valor da contratação;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (Dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1.o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias** úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.28. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.29. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade

fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/04/2026 .

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A15] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.1.1 será adotado o Sistema de Registro de Preço.

Forma de fornecimento . 9.2. O fornecimento do objeto será parcelado/continuado.

Exigências de habilitação 9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.31 Declaração com a indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos/serviços.

9.32. Licença ou Alvará Sanitário ou equivalente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da licitante para exercer atividades de comercialização e venda de produtos, em plena vigência;

9.33. Apresentação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e/ou Prestação de Serviços, elaborado em conformidade com as normas sanitárias vigentes, especialmente as diretrizes da Vigilância Sanitária competente, contemplando procedimentos operacionais padronizados (POPs), controle de higiene, manipulação, armazenamento e distribuição de produtos, devendo estar disponível e atualizado para consulta e fiscalização durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços

- **RDC ANVISA nº 216/2004**
Define as Boas Práticas gerais: higiene, manipulação, armazenamento, transporte, controle de tempo/temperatura, higiene de instalações e manipuladores.
- **RDC ANVISA nº 275/2002**
Estabelece POPs obrigatórios e lista de verificação de conformidade.
- **RDC ANVISA nº 63/2011**
Fundamental para hospitais: inclui requisitos de segurança do paciente, infraestrutura e controle sanitário em serviços de saúde.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de de **R\$713.080,00 (setecentos e treze mil e oitenta reais) , conforme custos unitários apostos na abela contida no item 1.1 acima***

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura licitação/contratação deverão ser atendidas predominantemente com recursos do município, consignadas nas dotações informadas por oportunidade da contratação. Eventualmente poderão ser recuso federais/estadual que os cofinanciam. Registre-se que o Decreto Municipal nº 323/2024 fixa no art. 4º Parágrafo Segundo: "Na licitação para registro de preços não é necessário a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação."

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOTAÇÃO SAUDE

UNIDADE(S) 06.01.00

ATIVIDADE(S) 2021/2022/2023/2030

ELEMENTO(S) 33.90.30.00

FONTE(S) 1500/1600/1621

DOTAÇÃO ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE(S) 03.01.00

ATIVIDADE(S) 2004

ELEMENTO(S) 33.90.30.00

FONTE(S) 1500

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas ***exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.***

13. ANEXO I

.

14. ANEXO II

.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ERICA SANTANA FIGUEIREDO DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

SAMANTA SOUZA DE JESUS

Membro da comissão de contratação

PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA

Estudo Técnico Preliminar 70/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 111.2026

2. Descrição da necessidade

A necessidade da presente contratação decorre da obrigação da Administração Pública Municipal de assegurar a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos essenciais, especialmente no âmbito da saúde pública e do atendimento hospitalar prestado pelo Município de Salinas da Margarida. O fornecimento de refeições prontas (tipo marmita), incluindo café da manhã/noite, almoço/janta e lanche/ceia, mostra-se indispensável para garantir suporte alimentar adequado aos pacientes, acompanhantes e profissionais plantonistas vinculados ao Hospital Municipal, bem como aos servidores e colaboradores das Secretarias Municipais envolvidos em atividades administrativas, operacionais e ações externas.

No contexto hospitalar, a disponibilização regular de alimentação adequada constitui medida essencial para assegurar condições mínimas de dignidade, recuperação e bem-estar dos pacientes internados e de seus acompanhantes, além de contribuir diretamente para a manutenção das condições físicas e psicológicas dos profissionais plantonistas responsáveis pela prestação contínua dos serviços de saúde. A ausência desse suporte alimentar poderia comprometer a qualidade do atendimento, a permanência adequada dos profissionais em regime de plantão e a própria continuidade dos serviços hospitalares, ocasionando prejuízos à assistência prestada à população.

Além disso, a contratação atende à necessidade permanente de suporte às ações desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, especialmente em atividades que demandam jornadas prolongadas, deslocamentos, capacitações, atendimentos itinerantes, mutirões, campanhas e demais ações institucionais nas quais não há viabilidade de interrupção para deslocamento dos servidores às suas residências nos horários regulares de refeição. Nesse sentido, o fornecimento das refeições representa condição indispensável para a manutenção da produtividade, da eficiência administrativa e da adequada execução das políticas públicas municipais.

Sob a ótica do interesse público, a contratação também se justifica pela necessidade de garantir infraestrutura mínima de apoio à execução das atividades essenciais da Administração Pública, evitando descontinuidade dos serviços, redução da eficiência operacional e eventuais prejuízos ao atendimento da população. A oferta de alimentação pronta configura solução logística mais eficiente, econômica e operacionalmente viável, considerando a impossibilidade técnica e estrutural de execução direta desse serviço pelas Secretarias Municipais.

Ademais, a terceirização do objeto por meio de procedimento licitatório revela-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, tendo em vista que as atividades de preparo, acondicionamento, transporte e entrega de refeições exigem especialização, estrutura adequada e observância rigorosa às normas sanitárias e de segurança alimentar, não integrando as competências finalísticas da Administração Municipal.

Portanto, a contratação pretendida constitui medida indispensável para assegurar a continuidade do serviço público, garantir suporte alimentar adequado aos pacientes, acompanhantes e plantonistas, promover melhores condições de trabalho aos servidores e colaboradores municipais e assegurar a eficiência das ações administrativas e de saúde pública desenvolvidas pelo Município.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE SAUDE	GRAZIELA OLIVEIRA CAETANO
Secretaria de Administração e Planejamento	Andrea dos Santos Carvalho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A adequada execução do objeto da presente contratação — aquisição parcelada, futura e eventual de refeições prontas (marmitex) — exige o cumprimento de um conjunto de requisitos técnicos, logísticos, legais e operacionais, a fim de garantir o atendimento tempestivo, seguro e eficaz das demandas oriundas da Secretaria de Saúde do Hospital Municipal a Secretaria de Administração de Salinas da Margarida/BA.

Dentre os requisitos mínimos exigidos, destacam-se:

3.1. Requisitos operacionais e de responsabilidade contratual:

- 3.1.1. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estipulados pela Administração, inclusive quando a solicitação ocorrer em dias e horários não convencionais;
- 3.1.2. Arcar com todos os ônus decorrentes da execução do contrato, tais como tributos, encargos sociais, seguros, transporte e responsabilidade civil, trabalhista e ambiental;
- 3.1.3. Apresentar, quando requisitado, documentação comprobatória do cumprimento de suas obrigações legais;
- 3.1.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua conduta ou omissão, ou de seus prepostos;
- 3.1.5. Substituir, imediatamente, a contar da notificação, quaisquer itens que apresentem inconformidade ou estejam em desacordo com as especificações contratuais;
- 3.1.6. Manter seus empregados em conformidade com as normas internas de segurança, higiene e comportamento da Administração;
- 3.1.7. Proibir expressamente a subcontratação parcial ou total do objeto sem prévia anuência da contratante;
- 3.1.8. Garantir a continuidade e regularidade no fornecimento dos itens contratados, inclusive com estrutura mínima de apoio logístico e operacional.

3.2 Requisitos técnicos específicos para segurança alimentar e qualidade dos produtos produzidos:

- Boas Práticas de Fabricação: A empresa contratada deverá seguir as normas de segurança alimentar estabelecidas pela Agência Nacional de
- Vigilância Sanitária (ANVISA), mediante apresentação de alvará sanitário atualizados;
- Controle de qualidade: Deverá se atentar à procedência dos ingredientes, observar os prazos de validade e manter condições adequadas de armazenamento e transporte, com controle de temperatura e acondicionamento;
- Preparo e apresentação: Os alimentos deverão apresentar cozimento completo, especialmente as proteínas animais, e montagem cuidadosa que assegure integridade, sabor, textura e aparência adequada, mesmo em embalagens para viagem, bem como observar o tempo de entrega.
- Embalagem: As refeições e lanches deverão ser entregues em embalagens térmicas e resistentes, preferencialmente de isopor ou material equivalente, acompanhadas de todos os utensílios descartáveis necessários (talheres, guardanapos, copos, etc.); tampados adequadamente.
- Entrega: As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados, em horários determinados e com agilidade, observando-se o cumprimento de todas as condições de higiene, segurança e integridade dos alimentos

3.3. Requisitos legais e obrigacionais gerais:

- Manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência do contrato;
- Observância às normas do Código de Defesa do Consumidor e às regras contratuais estabelecidas;
- Responsabilidade integral por vícios e danos decorrentes do fornecimento;
- Proibição do trabalho infantil e cumprimento da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária;
- Alocação de pessoal qualificado para o atendimento das entregas;
- Comunicação imediata ao fiscal do contrato de qualquer anormalidade ou ocorrência que comprometa o fornecimento.

3.4. Localização do fornecedor e responsável técnico:

A empresa contratada deverá estar localizada a uma distância máxima de até 30 (trinta) quilômetros do Município de Salinas da Margarida/BA. Tal exigência justifica-se em razão:

- A exigência de que a empresa fornecedora esteja localizada em um raio máximo de até 30 (trinta) quilômetros do Município de Salinas da Margarida constitui medida técnica, sanitária e operacional indispensável para assegurar a adequada execução do objeto contratado, especialmente em razão da natureza essencial e contínua dos serviços prestados pela rede municipal de saúde e pelo Hospital Municipal.
- A presente contratação envolve o fornecimento de refeições prontas destinadas a pacientes internados, acompanhantes e profissionais plantonistas, públicos que demandam alimentação segura, contínua e adequada às normas sanitárias vigentes. Nesse contexto, a logística de preparo, transporte e entrega das refeições assume caráter crítico, uma vez que a qualidade e a segurança dos alimentos estão diretamente relacionadas ao tempo de deslocamento entre a produção e o consumo final.
- O estabelecimento da distância máxima de 30 km visa garantir que os alimentos sejam preparados e entregues em tempo hábil, preservando temperatura, frescor, integridade nutricional e condições higiênico-sanitárias adequadas. O transporte prolongado de refeições prontas aumenta consideravelmente o risco de proliferação microbiológica, perda do controle térmico, deterioração dos alimentos e contaminação cruzada, fatores que podem comprometer gravemente a saúde dos consumidores. Tal risco torna-se ainda mais relevante no ambiente hospitalar, onde parte significativa dos usuários encontra-se em situação de vulnerabilidade clínica, imunidade reduzida ou recuperação médica, exigindo rigor absoluto quanto à segurança alimentar.

- Além da questão sanitária, a limitação geográfica decorre da necessidade de atendimento imediato e contínuo das demandas hospitalares. As solicitações de fornecimento ocorrem de forma dinâmica, imprevisível e, muitas vezes, emergencial, inclusive durante finais de semana, feriados e períodos noturnos. Em diversas situações, o Hospital Municipal necessita de reposição rápida de refeições para atender aumento inesperado de internações, permanência prolongada de pacientes, acompanhantes e equipes plantonistas ou demandas decorrentes de atendimentos de urgência e emergência.
 - Nessas circunstâncias, fornecedores localizados a longas distâncias não conseguem assegurar a tempestividade necessária ao atendimento hospitalar, sujeitando a Administração a atrasos incompatíveis com a continuidade do serviço público de saúde. A eventual interrupção ou demora no fornecimento de alimentação pode comprometer diretamente o funcionamento regular da unidade hospitalar, afetando a assistência aos pacientes e as condições mínimas de trabalho das equipes de plantão.
 - Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de refeições prontas acondicionadas em marmitex, faz-se necessária a inclusão de profissional nutricionista responsável técnico, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição – CRN, visando assegurar a qualidade nutricional, sanitária e higiênico-sanitária dos alimentos fornecidos.
- A exigência possui fundamento na necessidade de garantia da segurança alimentar dos usuários, bem como no adequado planejamento, elaboração, acompanhamento e fiscalização do preparo das refeições, em observância às normas da vigilância sanitária e às diretrizes estabelecidas pela legislação pertinente, especialmente a Lei nº 8.234/1991 e as Resoluções do Conselho Federal de Nutricionistas.

Como reforço à fundamentação técnica de tais exigências, cita-se o trágico episódio ocorrido no Município de Jacobina/BA, em 2023, durante uma jornada pedagógica, quando mais de 400 pessoas foram vítimas de intoxicação alimentar em decorrência da ingestão de refeição contaminada, resultando no falecimento de uma professora da rede pública. Tal evento evidenciou os riscos concretos da contratação de fornecedores que não observam os parâmetros sanitários e logísticos adequados (<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/02/15/mulher-morre-apos-ser-internada-com-intoxicacao-alimentar-na-bahia.ghtml>) .

A limitação geográfica e exigência de responsável técnico, portanto, são medidas de precaução necessárias e proporcionais, visando evitar que casos semelhantes ocorram no âmbito desta Secretaria de Saúde.

5. Levantamento de Mercado

Com vistas a atender de forma contínua e eficiente as demandas por fornecimento de refeições prontas (marmitex) e kits lanche destinadas ao Hospital Municipal e Secretaria de administração de Salinas da Margarida, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de avaliar as soluções disponíveis, observando critérios técnicos, operacionais, logísticos e econômicos.

Dentre as alternativas analisadas, destacam-se:

Preparação direta pelo Município

A primeira alternativa considerada foi a preparação direta das refeições e lanches por estrutura própria da Saúde. No entanto, essa possibilidade revelou-se inviável técnica e economicamente, pelos seguintes motivos:

- **Ausência de estrutura física adequada**, como cozinha industrial equipada, espaços de armazenamento de insumos, e local apropriado para embalagem e distribuição dos alimentos;
- Necessidade de contratação de **pessoal especializado**, como cozinheiros, auxiliares, nutricionistas, motoristas e demais profissionais, o que implicaria a realização de novos certames e aumento da folha de pagamento municipal;
- Elevados custos com **aquisição, manutenção e reposição de equipamentos** de cozinha industrial e veículos para transporte adequado dos alimentos;
- Dificuldade em garantir a **regularidade, padronização e segurança sanitária** dos alimentos sem uma estrutura operacional dedicada e fiscalizada constantemente;
- Ausência de escala e agilidade para atendimento da demanda variável e, muitas vezes, emergencial das Secretarias.

Em razão dessas limitações, a **execução direta pelo Município demandaria alto investimento inicial e manutenção contínua**, além de desviar o foco da Administração de suas atividades finalísticas para funções operacionais de natureza acessória.

Contratação de empresa especializada

A segunda alternativa consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de marmitex, conforme demanda, incluindo preparo, embalagem e entrega nos locais indicados.

Essa solução mostra-se mais eficiente, econômica e tecnicamente viável, por reunir as seguintes vantagens:

- Utilização da **estrutura já existente e consolidada de empresas do setor alimentício**, com equipamentos, pessoal capacitado e logística adequada;
- **Responsabilidade técnica sob supervisão de nutricionista**, garantindo a qualidade nutricional e a segurança alimentar dos produtos fornecidos;
- Redução de custos operacionais e eliminação de encargos fixos relacionados à produção própria;
- Atendimento flexível às **demandas específicas de cada órgão solicitante**, inclusive em casos de urgência ou variação de volume;
- Maior controle e previsibilidade de custos, com pagamentos realizados conforme a efetiva entrega dos itens.

Dessa forma, com base na análise das alternativas, a contratação de empresa especializada para o fornecimento das refeições prontas representa a solução mais vantajosa para a Administração Pública, conciliando economicidade, eficiência operacional e atendimento célere às necessidades institucionais.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando as necessidades operacionais a solução mais adequada e eficiente para o atendimento à demanda por alimentação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas (marmitex) e kits lanche, de forma parcelada e sob demanda. A solução contempla a produção, acondicionamento, conservação, transporte e entrega dos alimentos nos locais designados pela Administração, observando os padrões técnicos, sanitários e nutricionais aplicáveis. A empresa contratada deverá fornecer os produtos prontos para consumo, devidamente embalados e dentro dos parâmetros de higiene, temperatura e conservação exigidos pela legislação vigente.

Essa solução se mostra a mais apropriada diante dos seguintes fatores:

- Ausência de estrutura pública adequada para preparo e logística de refeições em escala, o que inviabiliza a execução direta pelo Município;
- A necessidade de atendimento rápido, seguro e contínuo, inclusive com entregas fracionadas em diferentes locais e horários, conforme as peculiaridades das atividades desenvolvidas pelos órgãos demandantes;
- Garantia de qualidade e segurança alimentar, por meio da exigência de que a empresa possua em seu quadro profissional nutricionista habilitado, responsável técnico pelo planejamento dos cardápios e supervisão da produção;
- Possibilidade de controle mais efetivo dos custos públicos, com pagamentos condicionados à entrega dos itens efetivamente entregues e de acordo com os requisitos estabelecidos no processo licitatório;
- Redução de riscos operacionais, trabalhistas e sanitários ao Município, já que toda a cadeia produtiva e logística dos alimentos ficará sob responsabilidade da contratada.

Portanto, a contratação de empresa especializada se apresenta como solução técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando eficiência no atendimento às demandas alimentares institucionais, com qualidade, segurança e observância aos princípios da economicidade, eficácia e continuidade do serviço público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base nas manifestações de interesse apresentadas pela Secretaria de Saude do Municipal de Salinas da Margarida/BA. As informações foram consolidadas por meio da publicação de Aviso de Manifestação de Intenção de Registro de Preços, observando-se o levantamento de demanda para o período de 12 (doze) meses.

O procedimento de consolidação das informações teve por finalidade aferir, de forma prospectiva e fundamentada, as necessidades reais e estimadas para o exercício, com o objetivo de assegurar a contratação de quantitativos compatíveis com o histórico de consumo, os planejamentos institucionais e a dinâmica de funcionamento das atividades públicas municipais.

A baixo , apresenta-se a tabela contendo os itens e os quantitativos consolidados.

ITEM	Descrição	APR	SAUDE	ADM
1	catserv3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / docesINFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -CAFÉ DA MANHA OU CAFÉ DA NOITE CONTENDO: 2 (DOIS) PAES FRANCES OU INTEGRAL -50g COM MANTEIGA10g, E QUEIJO20g, 1 (UMA) RAIZ 120g, 1(UMA) FRUTA 100g, E CAFÉ COM LEITE OU SUCO OU MINGAU (COPO 300ML COM TAMP). (ARMAZENADOS EM EMBALAGENS COM TAMP).	UND	4000	4000
2	catserv 3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces INFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -ALMOÇO OU JANTAR CONTENDO: FEIJÃO100g ARROZ 120g OU MACARRÃO120g FRANGO CARNE OU PEIXE (sem osso 130g e com osso 240g), SALADA(cozida 90g e crua 70g) COM COPO DE SUCO DE 200ML. ALIMENTOS PASTOSOS ou DIETA LIQUIDA COPO DE 300ML (ARMAZENADOS EM EMBALAGENS COM TAMP).	UND	6000	6000

3	catserv 3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces INFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -LANCHE MANHÃ E TARDE CONTENDO:, SALADA DE FRUTAS 200ml OU SUCO DA FRUTA 200ml + BISCOITO SALGADO 30g, OU VITAMINA DE FRUTAS 200ml OU IORGUTE 200ml OU MINGAU 200ml (ARMAZENADOS EM EMBALAGENS COM TAMPA)	UND	4000	4000
4	catserv 3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces INFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -CEIA CONTENDO: MINGAU 200ml (ARMAZENADO EMBALAGENS COM TAMPA).	UND	4000	0

Aqui apresentadas referem-se ao somatório estimado da demanda do consumo previsto para um período de 12 (doze) meses, considerando a natureza eventual e parcelada do fornecimento, com base no regime de contratação por Sistema de Registro de Preços.

Cabe ressaltar que os quantitativos representam estimativas e não constituem obrigação de aquisição integral por parte da Administração, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe que a existência de ata de registro de preços não gera direito subjetivo à contratação nas quantidades estimadas, tampouco obriga a Administração a firmar as contratações nas proporções indicadas, preservando-se o caráter estimativo do instrumento. salientando que : o quantitativo apresentando esta de acordo a ultima contratação sendo que em na area da saude foram acrescentados itens solicitados pela auditoria da SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA- SESAB para serem servido aos pacientes seis refeicoes ao dia.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 713.080,00

A metodologia utilizada para a formação da estimativa de preços da presente contratação observou os parâmetros estabelecidos no art. 23, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante realização de pesquisa de mercado por meio de consulta ao sistema Banco de Preços, ferramenta que reúne informações de contratações públicas realizadas por diversos órgãos e entidades da Administração Pública.

Para a composição do valor estimado, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

Inicialmente, realizou-se o levantamento das especificações dos itens objeto da contratação, considerando as características técnicas, quantitativos estimados, forma de fornecimento parcelado e condições de execução previstas para o fornecimento de refeições prontas (marmitex), incluindo café da manhã/noite, almoço/janta e lanche/ceia.

Os valores orçados dos bens estão estimados em. R\$ 713.080,00(setecentos e treze mil e oitenta reais).

ITEM	Descrição	APR	SAUDE	ADM	QTD	V UNIT	
1	catserv3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / docesINFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -CAFÉ DA MANHA OU CAFÉ DA NOITE CONTENDO: 2 (DOIS) PAES FRANCES OU INTEGRAL -50 g COM MANTEIGA10g, E QUEIJO20g, 1 (UMA) RAIZ 120g, 1(UMA) FRUTA 100g, E CAFÉ COM LEITE OU SUCO OU MINGAU (COPO 300ML	UND	4000	4000	8000	R\$ 23,53	R\$ 188.240,00

	C O M TAMPA). (ARMAZENADOS EM EMBALAGENS COM TAMPA).						
2	catserv 3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces INFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -ALMOÇO OU JANTAR CONTENDO: FEIJÃO100g ARROZ 120g OU MACARRÃO120g FRANGO CARNE OU PEIXE (sem osso 130g e com osso 240g), SALADA (cozida 90g e crua 70g) COM COPO DE SUCO DE 200ML. ALIMENTOS PASTOSOS ou DIETA LIQUIDA COPO DE 300ML (ARMAZENADOS EM EMBALAGENS COM TAMPA).	UND	6000	6000	12000	R\$ 33,66	R\$ 403.920,00
3	catserv 3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces INFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -LANCHE MANHÃ E TARDE CONTENDO:, SALADA DE FRUTAS 200ml OU SUCO DA FRUTA 200ml + BISCOITO SALGADO 30g, OU VITAMINA DE FRUTAS 200ml OU IORGUTE 200ml OU MINGAU 200ml (ARMAZENADOS EM EMBALAGENS COM TAMPA)	UND	4000	4000	8000	R\$ 10,51	R\$ 84.080,00
4	catserv 3697 Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces INFORMAÇÕES COMPLEMENTAR -CEIA CONTENDO: MINGAU 200ml (ARMAZENADO EMBALAGENS COM TAMPA).	UND	4000	0	4000	R\$ 9,21	R\$ 36.840,00
SALDO TOTAL ATUAL							R\$ 713.080,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando os itens que compõem a contratação possuem características distintas quanto à composição, forma de acondicionamento e demanda pelos diversos órgãos da Administração, opina-se pelo parcelamento por item. Além disso o parcelamento fomenta a competitividade no processo licitatório.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após análise da natureza e da finalidade da contratação pretendida, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que guardem relação direta com a aquisição de marmitex.

Assim, não há dependência técnica, contratual ou operacional entre esta contratação e outras já realizadas ou em fase de planejamento, não havendo necessidade de articulação conjunta com outros processos licitatórios.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Planejamento da Contratação:

- **Definição do objeto da licitação:**

- Descrição precisa das refeições, incluindo características técnicas, funcionalidades e quantidades

A CONTRATADA será responsável por ceder fornecer, por sua conta e responsabilidade exclusiva, toda mão de obra capacitada e necessária, máquinas e equipamentos, os produtos químicos e insumos para execução dos serviços ora contratados, materiais descartáveis (copos descartáveis com tampa, quentinhas embaladas em papel filmes, guardanapos e talheres descartáveis) e outros, para a oferta na qualidade das refeições.

2.3.1. Fornecimento de refeições para pacientes e acompanhantes legalmente instituídos no hospital de Salinas da Margarida e agentes administrativos da secretaria de Saude.

- **O cardápio para os Pacientes sem restrições será composto da seguinte forma:**

Café da manhã – 4 itens

- a) Café com leite (300 ml sendo, 150ml de leite e 150ml de café) ou suco de frutas ou vitamina de frutas ou mingau (300ml) ou iogurte (300ml) com sachê de açúcar e/ou adoçante individual em quantidade suficiente;
- b) Pão (Pão francês ou milho ou leite) 50g, acompanhados
de sachês de manteiga com ou sem sal ou queijo muçarela (1 fatia) ou ovo mexido (2 unidades)
- c) Aipim cozido ou batata doce cozida (120g) ou cuscuz temperado (120g) ou banana da terra cozida (120g)
- d) Fruta (100g) ou 01 unidade média

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 420 a 770 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 120 g
- **Proteínas:** 10 a 25 g
- **Gorduras:** 8 a 22 g
- **Fibras:** 4 a 10 g

Lanche manhã/tarde

TIPO I – Item Suco de fruta (200ml) + biscoito salgado (30g)

TIPO II – 1 item – Salada de frutas (200g) ou vitamina da fruta (200ml)

TIPO III - 1 item – 2(duas)Frutas (100g ou 1 unidade)

OBS: CAFE A oferta de colação Tipo I , II e III ocorrerá conforme prescrição do Nutricionista da CONTRATANTE.

Composição nutricional aproximada:

TIPO I

(Suco de fruta 200 ml + biscoito salgado 30 g)

- **Calorias:** 160 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 28 a 40 g
- **Proteínas:** 2 a 4 g
- **Gorduras:** 3 a 7 g
- **Fibras:** 0,5 a 2 g

TIPO II

(Salada de frutas 200 g OU vitamina de fruta 200 ml)

- **Calorias:** 90 a 180 kcal
- **Carboidratos:** 20 a 35 g
- **Proteínas:** 1 a 5 g
- **Gorduras:** 0 a 4 g
- **Fibras:** 2 a 5 g

TIPO III

(2 frutas — 100 g ou 1 unidade cada)

- **Calorias:** 100 a 160 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 1 a 2 g
- **Gorduras:** 0 a 1 g
- **Fibras:** 4 a 8 g

Almoço – 5 itens

a) Salada crua (70g) ou Salada cozida (90g)

b) Arroz (branco ou integral) sob diversas formas ou macarrão (branco ou integral) (120g)

c) Feijão ou leguminosas (100g)

d) Bife de frango(130g) ou carne moída (130g) ou sobrecoxa de frango assada (240g)

e) Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 535 a 930 kcal
- **Carboidratos:** 65 a 105 g
- **Proteínas:** 35 a 50 g
- **Gorduras:** 10 a 30 g
- **Fibras:** 8 a 15 g

Jantar – 3 itens -TIPO I

a) Café com leite (300 ml sendo, 150ml de leite e 150ml de café) ou suco de frutas ou vitamina de frutas ou mingau (300ml) ou iogurte (300ml) com sachê de açúcar e/ou adoçante individual em quantidade suficiente;

b) Pão (Pão francês ou milho ou leite) 50g, acompanhados

de sachês de manteiga com ou sem sal ou queijo muçarela (1 fatia) ou ovo mexido (2 unidades)

c) Aipim cozido ou batata doce cozida (120g) ou cuscuz temperado (120g) ou banana da terra cozida (120g) ou sopa de legumes (300ml).

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 370 a 820 kcal
- **Carboidratos:** 60 a 110 g
- **Proteínas:** 10 a 30 g
- **Gorduras:** 7 a 25 g
- **Fibras:** 4 a 12 g

• **JANTAR - TIPO II**

a) Salada crua (70g) ou Salada cozida (90g)

b) Arroz (branco ou integral) sob diversas formas ou macarrão (branco ou integral) (120g)

c) Feijão ou leguminosas (100g)

d) Bife de frango(130g) ou carne moída (130g) ou sobrecoxa de frango assada (240g)

e) Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 535 a 930 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 120 g
- **Proteínas:** 35 a 50 g
- **Gorduras:** 10 a 30 g
- **Fibras:** 8 a 15 g

- OBS: JANTAR a oferta de colação Tipo I , II ocorrerá conforme prescrição do Nutricionista da CONTRATANTE.

Ceia- 1 item

Mingau ou munguzá (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 140 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 4 a 8 g
- **Gorduras:** 4 a 8 g
- **Fibras:** 1 a 3 g

- **O cardápio para os Pacientes que necessita de dieta pastosa será composto da seguinte forma:**

Café da manhã – 4 itens

a) Vitamina da fruta (300ml) ou suco da fruta (300ml)

b) Batata doce amassada (120g) ou pão de milho ou de leite (50g a 60g)

c) Ovo mexido (100g) ou patê de frango (30g)

d) Fruta (100g ou 1 unidade)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 330 a 680 kcal
- **Carboidratos:** 65 a 110 g
- **Proteínas:** 10 a 25 g
- **Gorduras:** 5 a 20 g
- **Fibras:** 3 a 10 g

Lanche manhã/tarde: 1 item

- Vitamina da fruta (200ml) ou iogurte (200ml) ou Mingau (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 120 a 200 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 35 g
- **Proteínas:** 4 a 9 g
- **Gorduras:** 3 a 7 g
- **Fibras:** 0,5 a 3 g

- **Almoço:** 5 itens

- Arroz branco papa (120g) ou Pirão de aipim (120g)
- Purê de batata (60g) ou Salada de legumes cozido (90g)
- Feijão de caldo (100g) ou
- Carne moída c/ legumes (120g) ou frango desfiado (130g) ou peixe cozido c/legumes (130g)
- Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 400 a 690 kcal
- **Carboidratos:** 60 a 100 g
- **Proteínas:** 25 a 40 g
- **Gorduras:** 8 a 26 g
- **Fibras:** 4 a 10 g

- **Jantar:** 3 itens

- Sopa de legumes (liquidificada) (300ml) ou Caldo de aipim c/frango (300ml)
- Iogurte (200ml) ou suco da fruta (200ml)
- Batata doce amassada (120g)+ ovo cozido (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 430 a 700 kcal
- **Carboidratos:** 55 a 95 g
- **Proteínas:** 20 a 35 g
- **Gorduras:** 12 a 26 g
- **Fibras:** 6 a 13 g

- **Ceia:** 1 item

- Mingau (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 140 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 4 a 8 g
- **Gorduras:** 4 a 8 g
- **Fibras:** 1 a 3 g

- **O cardápio para os Pacientes que necessita de dieta branda será composto da seguinte forma:**

Café da manhã: 4 itens

- Mingau (300ml) ou suco da fruta (200ml)
- Batata doce (120g) ou aipim (120g) ou Pão de forma sem casca (2 fatias)
- Ovo mexido (100g) ou ovo cozido (100g) ou patê de frango (30g)
- Maça cozida (1 und) ou mamão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 330 a 700 kcal
- **Carboidratos:** 60 a 110 g
- **Proteínas:** 10 a 25 g
- **Gorduras:** 5 a 20 g
- **Fibras:** 4 a 10 g

- **Lanche manhã/tarde:** 1 item

- Iogurte (200ml) ou Banana (2und) ou salada de fruta (200ml) ou mamão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 90 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 55 g
- **Proteínas:** 1 a 8 g
- **Gorduras:** 0 a 6 g
- **Fibras:** 1 a 6 g

- **Almoço:** 5 itens

- Omelete de frango (120g) ou ensopado de frango (120g) ou carne moída c/ legumes (120g)
- Arroz branco temperado ou arroz branco (120g)
- Feijão de caldo (100g)
- Purê de batata (60g) ou salada de legumes cozido (90g)
- Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 540 a 840 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 115 g
- **Proteínas:** 30 a 45 g
- **Gorduras:** 10 a 28 g
- **Fibras:** 8 a 15 g

- **Jantar:** 3 itens

- Sopa de legumes c/ carne moída ou frango desfiado (200ml) ou caldo de aipim c/ frango desfiado (200ml)
- Pão de forma sem casca (2 fatias) c/ patê de frango (30g)
- Mamão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 320 a 510 kcal
- **Carboidratos:** 50 a 70 g
- **Proteínas:** 15 a 30 g
- **Gorduras:** 8 a 20 g
- **Fibras:** 4 a 10 g
- **Ceia:** 1 item
- Mingau ou munguzá (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 140 a 220 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 4 a 8 g
- **Gorduras:** 4 a 8 g
- **Fibras:** 1 a 3 g

- **O cardápio para os Pacientes diabéticos será composto da seguinte forma:**

Café da manhã: 4 itens

- Mingau (300ml) ou café c/ leite (300ml)
- Pão integral (2 fatias ou 1 unidade) ou Aipim cozido (100g) ou Cuscuz temperado (100g)
- Patê de frango (30g) ou ovo mexido (100g)
- Maça (1 unidade) ou Pera (1 unidade) ou melão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 500 a 650 kcal
- **Carboidratos:** 75 a 95 g
- **Proteínas:** 12 a 20 g
- **Gorduras:** 12 a 20 g
- **Lanche manhã/tarde:** 2 itens
- Iogurte natural
- Maça (1 unidade) ou ameixa (1 unidade) ou melão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 200 a 260 kcal
- **Carboidratos:** 25 a 40 g
- **Proteínas:** 9 a 10 g
- **Gorduras:** 7 a 8 g
- **Fibras:** 1 a 4 g
- **Jantar:** 4 itens
- Suco natural da fruta (200ml) ou café c/leite (300ml)

- Pão de forma integral (2 fatias ou 1 unidade)
- Aipim (100g) ou cuscuz temperado (100g)
- Ovo mexido (100g) ou patê de frango (30g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 400 a 520 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 95 g
- **Proteínas:** 12 a 20 g
- **Gorduras:** 8 a 15 g
- **Ceia:** 1 item
- Mingau (300ml) ou munguzá (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 200 a 320 kcal
- **Carboidratos:** 30 a 55 g
- **Proteínas:** 6 a 10 g
- **Gorduras:** 5 a 10 g

- **O cardápio para os Pacientes necessita de dieta líquida será composto da seguinte forma:**

Café da manhã: 1 item

- Iogurte (300ml) ou vitamina da fruta (300ml) ou mingau (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 170 a 260 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 40 g
- **Proteínas:** 6 a 10 g
- **Gorduras:** 5 a 9 g
- **Lanche manhã/tarde:** 1 item
- Suco da fruta (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 100 a 150 kcal
- **Carboidratos:** 24 a 35 g
- **Proteínas:** 0,5 a 2 g
- **Gorduras:** 0 a 0,5 g
- **Fibras:** 0,5 a 2 g
- **Vitaminas e minerais:** presença variável de vitamina C, potássio, folato e antioxidantes naturais (dependendo da fruta)
- **Almoço:** 1 item
- Sopa de legumes c/ frango ou carne (liquidificada) (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 180 a 280 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 35 g
- **Proteínas:** 12 a 20 g
- **Gorduras:** 5 a 10 g
- **Fibras:** 3 a 6 g
- **Sódio:** variável conforme sal e temperos utilizados

- **Jantar:** 1 item
- Iogurte (300ml) ou vitamina da fruta (300ml) ou mingau (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 170 a 260 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 40 g
- **Proteínas:** 6 a 10 g
- **Gorduras:** 5 a 9 g
- **Ceia:** 1 item
- Iogurte (300ml) ou vitamina da fruta (300ml) ou mingau (300ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 170 a 260 kcal
- **Carboidratos:** 18 a 40 g
- **Proteínas:** 6 a 10 g
- **Gorduras:** 5 a 9 g
- **O cardápio para os Pacientes necessita de dieta hipossódica será composto da seguinte forma:**
 - Café da manhã:** 5 itens
 - Pão integral (2 fatias ou 1 unidade) c/ manteiga sem sal
 - Banana da terra (120g) ou Aipim (120g) ou Batata doce (120g/)
 - Café c/leite (300ml) ou Vitamina da fruta (300ml) ou Mingau (300ml)
 - Mamão (100g) ou banana (100g) ou Melão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 430 a 780 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 120 g
- **Proteínas:** 10 a 20 g
- **Gorduras:** 9 a 22 g
- **Fibras:** 7 a 15 g
- **Lanche manhã/tarde:**
 - Melão (100g) ou goiaba (1 unidade) ou Mamão (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 30 a 80 kcal
- **Carboidratos:** 8 a 20 g
- **Proteínas:** 0,5 a 3 g
- **Gorduras:** 0 a 1 g
- **Fibras:** 1 a 6 g
- **Micronutrientes:** vitaminas A, C e compostos antioxidantes (variando conforme a fruta)
- **Almoço:** 5 itens
 - Macarrão integral (120g) ou Arroz integral cozido (120g) ou Arroz integral temperado (120g)
 - Feijão de caldo (100g)
 - File de frango grelhado (130g) ou Carne cozida com quiabo (130g) ou ensopado de frango (240g)
 - Salada crua (70g) ou Salada cozida (90g)

- Suco da fruta (200ml)

Composição nutricional aproximada:

- **Calorias:** 515 a 830 kcal
- **Carboidratos:** 70 a 115 g
- **Proteínas:** 35 a 50 g
- **Gorduras:** 10 a 25 g
- **Fibras:** 11 a 18 g

- **Janta : 4 itens**

- Sopa de legumes c/ frango ou carne (300ml) Pão integral (2 fatias ou 1 unidade) c/ manteiga sem sal
- Iogurte (300ml) ou suco da fruta (200ml) ou Vitamina da fruta (300ml)
- Aipim cozido (100g)
- Ovo mexido ou ovo cozido (100g)

Composição nutricional aproximada:

- **Ceia: 1 item**

- Mingau ou munguzá (200ml)

- composição proposta atende aos requisitos mínimos de oferta energética e nutricional para refeições leves destinadas a pacientes, acompanhantes e profissionais plantonistas, fornecendo fonte de carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e minerais, contribuindo para manutenção energética e suporte nutricional adequado às atividades laborais e recuperação física dos usuários.
- As empresas deste ramo de alimentação, ou seja, o restaurante fornecedor da alimentação terá que ter seu estabelecimento no máximo 30 km de distância do hospital municipal pelo fato de ter alimentações imediata e muitas vezes contratempos de internação de pacientes e pedidos segundo a demanda.

- **HORÁRIOS E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES DIÁRIAS (DANDO PREFERENCIA AO HORARIO INICIAL**

Café da manhã Das 6:30 às 07:30h

Lanche manhã: Das 09:00 às 10:00h

Almoço Das 11:30 às 13:00h

Lanche da tarde: 14:30 às 16:00

Jantar Das 17:30 às 19:00h

Ceia: 20:30 às 22:00h

Obs: Em casos excepcionais poderão haver pedido de refeições pela secretaria em horários fora do previsto, a depender das necessidades do Hospital Municipal e Secretaria de Administração.

O Fornecimento se dará diariamente, inclusive, sábados, domingos e feriados, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal e Secretaria de Administração de Salinas da Margarida.

- Essas justificativas demonstram a importância desta aquisição, visando garantir melhor assistência a saúde e as demandas da Secretaria de administração com a funcionalidade reduzir custos a longo prazo, cumprir regulamentos, garantir a segurança do paciente e dos profissionais de saúde, melhorar a eficiência operacional e garantir a disponibilidade contínua dos procedimentos de saúde e administrativos.
- Alimentação sera solicitado AO FORNECEDOR pela Nutricionista da CONTRATANTE e possivelmente cardápio previamente estabelecido conforme este Estudo Técnico.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação visa assegurar o fornecimento contínuo, eventual e parcelado de refeições prontas (marmitex) para atender à Secretaria de administração e o Hospital Municipal, garantindo apoio logístico e nutricional às ações institucionais realizadas em ambientes internos e externos.

Entre os resultados pretendidos, destacam-se:

- Assegurar infraestrutura mínima de apoio alimentar durante a realização de atividades administrativas, operacionais, técnicas, eventos, capacitações e ações públicas, inclusive na zona rural;
- Evitar interrupções ou perdas de produtividade causadas pela ausência de alimentação em locais e horários que inviabilizem o retorno dos servidores às residências;
- Garantir o bem-estar, a saúde e a eficiência dos servidores e colaboradores, contribuindo diretamente para a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população;
- Reduzir custos operacionais indiretos, ao evitar deslocamentos desnecessários e otimizar a logística das ações públicas;
- Atender à obrigação do Município de prover alimentação a parceiros institucionais e colaboradores externos envolvidos em atividades oficiais;
- Viabilizar projetos e políticas públicas inclusivas de Secretarias como Cultura, Saúde, Educação e Assistência Social, com fornecimento de alimentação adequada em eventos e ações específicas;
- Implementar uma solução logística, técnica e economicamente eficiente, por meio de empresa especializada, capaz de realizar o preparo, armazenamento, transporte e entrega dos alimentos conforme as demandas da Administração.

Assim, a presente contratação busca garantir continuidade, qualidade e efetividade na execução das políticas públicas municipais, promovendo o interesse coletivo e reforçando os princípios da eficiência e da economicidade.

13. Providências a serem Adotadas

Para assegurar a adequada execução contratual e o cumprimento das obrigações pactuadas, a Administração deverá adotar, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências:

1. **Elaboração do Termo de Referência** completo, com especificação clara e objetiva dos itens, critérios de julgamento, condições de fornecimento, prazos de entrega, forma de pagamento, responsabilidades do contratado e da Administração;
2. **Verificação da regularidade fiscal e habilitatória da empresa** a ser contratada, em conformidade com os requisitos definidos no edital;
3. **Registro da contratação no sistema de controle interno e nos portais oficiais**, conforme exigência da transparência pública (PNCP, Portal da Transparência Municipal etc.);
4. **Capacitação básica dos fiscais de contrato**, se necessário, quanto às atribuições previstas na legislação, ao uso de sistemas informatizados de controle e à elaboração de relatórios de acompanhamento e recebimento de materiais

Essas providências visam garantir não apenas a legalidade e regularidade do procedimento, mas também a eficiência e segurança na execução do objeto, prevenindo falhas e assegurando o atendimento integral do interesse público.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação em análise refere-se ao fornecimento de refeições prontas (marmitex), cujos impactos ambientais diretos são considerados **mínimos**, concentrando-se, principalmente, na **geração de resíduos sólidos**, como embalagens descartáveis, sobras de alimentos e insumos utilizados no acondicionamento e transporte.

Para mitigar esses impactos, serão observadas as seguintes medidas:

Utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, sempre que possível, como critério de sustentabilidade ambiental a ser exigido na fase contratual;

- Orientação para que a empresa contratada adote **práticas de redução de desperdício** na preparação e entrega dos alimentos;
- Destinação adequada dos resíduos gerados, conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes;
- Preferência por insumos e materiais que contribuam para o **baixo consumo de recursos naturais**, como energia elétrica e água, no processo produtivo;
- Estímulo à adoção de **logística otimizada** para transporte, visando à redução do consumo de combustível e emissão de gases poluentes.

Considerando que não há aquisição de bens permanentes, **não se aplica logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens ou refugos duráveis**. Ainda assim, eventuais sobras de embalagens ou descartáveis devem ser tratadas de forma ambientalmente responsável pela contratada,

conforme exigências legais.

Portanto, embora os impactos ambientais sejam limitados, a Administração adotará **critérios sustentáveis e medidas mitigadoras** compatíveis com a natureza do objeto, em consonância com a política de responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Sim, esta contratação é viável .

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NAIANE BARROSO VIEIRA DE SOUSA

Membro da comissão de contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XX/2026

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº **XX/2026**

O **MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA/BA**, com sede na praça Tenente Albuquerque, s/nº, Centro, Salinas da Margarida/BA, CEP 44.450-000, inscrito no CNPJ sob o nº 13.743.281/0001-14, neste ato representado(a) pela **Prefeita Sra. Maria de Fatima Pepe Cerqueira**, portadora da Cédula de Identidade n. 01.163.892-30 – SSP/BA, portadora do CPF n. 196.910.765-00, conjuntamente com a Secretária Municipal de Saúde Sra. Graziela Oliveira Caetano através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.334.416/0001-62 com sede administrativa na Tv. Lídio Pena, s/n, Centro, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2026**, publicado no XXXX do dia XX/XX/202X, Processo Administrativo nº **XX/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021 (Regulamento NLL), no Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 (Pesquisa de Preços), no Decreto Municipal nº 654, de 04 de janeiro de 2024 (Legislação Federal), no Decreto Municipal nº 655, de 04 de janeiro de 2024 (Sistema de Registro de Preços), na Portaria Municipal nº 004, de 05 de janeiro de 2026 (Agentes de Contratação e outros), no Decreto Municipal nº 656, de 04 de janeiro de 2024 (Processo Sancionador), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **Contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas (tipo marmita) sendo cafés da manhã/noite, almoço/janta, lanche/ceia para atendimento do Hospital Municipal, Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração do Município de Salinas da Margarida, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento**, especificado(s) no(s) Termo de Referência, anexo do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
Item do TR	CATMAT/CATSER	Especificação	Marca / Modelo (se exigida no edital)	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor total



2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços (caso exista) consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Secretaria Municipal de Educação.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao



limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante



decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Salinas da Margarida/BA, XX de XX de 2026.

MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA

Sr.^a Maria De Fatima Pepe Cerqueira
Prefeita

SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE XXXX

Sr(a). XXX
Secretário(a) de XXX

NOME DA EMPRESA – CNPJ: xxxx
Responsável Legal: XXXXXX, CPF: xxxx

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Comentado [A1]: Nota Explicativa: Caso haja previsão de preços diferentes conforme artigo 82, III, da Lei nº 14.133, de 2021, e artigo 15, III, da Lei nº 11.462, de 2023, deverá ser incluída tabela com os fornecedores e seus respectivos preços.

Nesta hipótese, é provável que outras disposições deste modelo e dos demais modelos (edital, TR e contratos) também sofram alterações, cabendo ao órgão fazer as adequações devidas.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo Administrativo nº 111/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA, pessoa jurídica de direito interno, através do XXXXXXXXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede administrativa na Secretaria Municipal de XXXXXX na Travessa do XXXXXXXX nesta cidade, conjuntamente por sua Gestora, a Secretária Municipal de XXXXXX Sr.ª XXXXXXXX e pela Prefeita, Sr.ª Maria de Fatima Pepe Cerqueira, brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade nº 01.163.892-30 – SSP-BA, portador do CPF (MF) nº 196.910.765-00, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO],, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº XX/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico* XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **Contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas (tipo marmita) sendo cafés da manhã/noite, almoço/janta, lanche/ceia para atendimento do Hospital Municipal, Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração do Município de Salinas da Margarida, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O *Edital da Licitação*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;
- 8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*

9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*

9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*

9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*

9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*

9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. *Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);*
- 9.27. *Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;*
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

13.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13.3. *O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

13.4. *Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*

13.5. *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.*

13.6. *Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.*

13.7. *O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:*

13.7.1. *Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*

13.7.2. *Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*

13.7.3. *Das indenizações e multas.*

13.8. *A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.*

13.9. *O CONTRATANTE poderá ainda:*

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: **XX, XX**;
- II) Fonte de recursos: **XX, XX**;
- III) Programa de trabalho: **XX, XX**;
- IV) Elemento de despesa: **XX, XX**.

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Salinas da Margarida, Comarca de Nazaré para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Salinas da Margarida, XX de XX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

A empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ....., com sede na Rua....., nº, Bairro, Cidade de, Estado, CEP....., através de seu representante legal/Procurador, inscrito no CPF nº, sob as penas da lei, DECLARA:

- a. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. *A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.*
- c. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas junto a Prefeitura de Salinas da Margarida, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA

Matriz de Gerenciamento de Riscos 54/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

54/2026

Responsável pela Edição

ERICA SANTANA FIGUEIREDO DE SOUZA

Data de Criação

09/04/2026 20:04

Status da Matriz de Alocação de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto da Matriz de Riscos

FORNECIMENTOS DE MARMITAS TIPO QUENTINHAS, CAFE DA MANHA LANCHE ALMOCO JANTA E CEIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE SALINAS

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atraso no processo de contratação.	Atraso no processo de contratação devido a demanda variável.	Planejamento	Administração	Médio	1
Impactos						
1	Fracassar a contratação					
Ações Preventivas						
P-01	Elaboração do processo devidamente instruído para que se transcorra com normalidade e a contratação atinja seu objetivo.					
Ações de Contingência						
C-01	Suspensão da contratação e lançamento do novo processo.			Responsável: NAIANE BARROSO VIEIRA DE SOUSA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Indisponibilidade na prestação do serviço durante o período de execução.	Falha no atendimento pela contratada.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	1
Impactos						
1	Falhas na execução e não conclusão do serviço.					
Ações Preventivas						
P-01	Estabelecer critérios adequados de qualidade de prestação de serviço quando da seleção do fornecedor. - Inclusão de cláusula para encerramento contratual e impedimento de licitar e de contratar com a Administração. - Manter o registro formal dos critérios de aceitação do serviço e acompanhar os indicadores. - Aplicar sanções administrativas com rigor já nas possíveis primeiras ocorrências.			Responsável: NAIANE BARROSO VIEIRA DE SOUSA		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar planejamento de nova contratação mesmo durante a execução do contrato.			Responsável: NAIANE BARROSO VIEIRA DE SOUSA		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

NAIANE BARROSO VIEIRA DE SOUSA

Membro da comissão de contratação